

Os movimentos sociais das “Gentes do Mar” no Brasil (1881-1951)

Arilson dos Santos Gomes¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo contribuir para a pesquisa histórica sobre movimentos sociais ligados ao povo do mar do Brasil. Para alcançar o objetivo proposto serão utilizadas fontes impressas, bem como bibliografia pertinente.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Gentes do Mar, Protagonismo Político.

Abstract: This paper aims to contribute to the historical research on social movements linked to the sea people of Brazil. To achieve the will be used proposed objective the printed sources, as well as relevant literature.

Keywords: Social Movements, People of the Sea, Political leadership.

Artigo recebido em 05/02/2015 e aprovado em 18/03/2015.

Introdução

Os pescadores são os representantes mais profundos das “gentes do mar”, constituindo-se de fundamental importância sua construção identitária para a compreensão das lutas políticas destes povos. A identidade dos pescadores foi pesquisada no Brasil sob os prismas históricos, antropológicos, sociológicos e psicológicos.^{II} Esta proposta contribui no que incide nos aspectos históricos, sociológicos e, por vezes, antropológicos da trajetória, representados nas interações desses pescadores com os demais grupos que compõem a sociedade, identificando tensões, conflitos e negociações com os poderes públicos constituídos.

Não obstante, entende-se que essas relações ocorrem e carregam, além das questões materiais e objetivas, aspectos subjetivos e simbólicos, compostos por referenciais próprios de um grupo que enfrenta os desafios da natureza, já que o mar, por sua grandeza, é algo desafiador aos sentidos e às ações humanas.

Embora seja uma identidade específica de uma atividade do mar, inevitavelmente ela dialoga com a terra, em uma relação constante entre dois mundos. A afirmação identitária do pescador, influenciada pela insegurança da navegação em alto mar, sendo este último o espaço produtivo que é o referencial ideológico e espacial dos pescadores, pois é considerado de posse comum. Porém, as relações com a terra perfazem a unidade histórica entre a terra e o mar.

Outra situação que merece destaque é a temporalidade desses sujeitos, articulado com os meios naturais. O tempo e espaço em que se expressam esses trabalhadores são construídos dos recursos e dos imperativos do meio natural, com que interagem, atualizam e reproduzem sua vida social. Regulado pela natureza, o tempo era medido

pelas marés, tempo das chuvas ou estiagem. Em nossa pesquisa a identidade desses pescadores passa a ser pensada principalmente pelo viés histórico e político.

Os movimentos sociais das gentes do mar

Pautado pelas ações concretas de seus movimentos sociais de resistências contra determinada ordem constituída, motivadas por meio de atos de desobediência (como as greves dos jangadeiros liderados pelos pescadores José Napolitano e Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”, que lutaram pela abolição da escravidão no Ceará) e perpassando pelas reivindicações dos jangadeiros decorrentes das negociações pela afirmação de seus direitos como categoria socioprofissional, evidenciadas nas viagens dos jangadeiros cearenses em meados do século XX para negociar com o presidente Getúlio Vargas seus direitos, tem-se, nessas iniciativas, elementos para refletir sobre a amplitude do protagonismo das “gentes do mar”.

Entende-se por movimento social as ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Os pescadores, consciente de suas funções, sob o uso da jangada, e conscientes de suas necessidades, enquanto trabalhadores, lutaram por seus direitos.

Entretanto, ao interpretar a ação dos pescadores, pensa-se nessa atitude como algo histórico e processual, relacionando-a aos movimentos sociais das “gentes do mar”, como um procedimento de análise mais amplo. Por isso a ação dos jangadeiros, na greve de 1881, no Ceará, nos finais do século XIX; a Revolta da Chibata em 1910, juntamente com as demandas dos pescadores ocorrida no Estado Novo e no Trabalhismo são denominados neste trabalho como dinâmicas reivindicativas do “movimento social dos povos do mar”. Porém, cada acontecimento possui suas nuances específicas, sem linearidades, já que são contextos e personalidades diferenciadas.

Nesse sentido, compreende-se que os movimentos sociais das gentes do mar possuem identidades, têm opositores que, mesmo diferentes, dependendo do contexto, possibilitaram suas articulações em torno de um projeto de vida além, com contribuições na organização e na conscientização de setores da sociedade; apresentando um conjunto de demandas de via, práticas de pressão/mobilização; com certa continuidade e permanência a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.^{III}

Pensar nas demandas dos pescadores, sem articulá-las aos problemas dos jangadeiros, canoeiros e às dificuldades enfrentadas pelos marinheiros, iria de encontro ao que Silva denominou “cultura marítima”, relacionada ao envolvimento de profissionais conexos à reprodução social da navegação. Cultura inerente a ambos, constituindo-se - nesta análise - como um definidor de suas identidades e, por conseguinte, de seus movimentos coletivos. Como aponta Maria da Glória Gohn sobre os movimentos sociais: “são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais, não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente”.

Propondo a pressão contra o final da escravidão, contra as chibatadas ou pelo reconhecimento como trabalhador ávido por direitos, os povos do mar inovaram em suas propostas, sendo representados como “agentes políticos”.

Portanto, para este artigo: pescador, jangadeiro, canoeiro e marinheiro, em suas lutas coletivas contra o poder constituído, tornam-se representantes legítimos dos “movimentos sociais dos povos do mar”, dos agentes que constroem sua identidade, desafiando as agruras do mar e utilizando uma “prática híbrida”.^{IV} Esta, identificada na navegação por meio de um tipo de transporte (seja bote, canoa, jangada ou navio, artefato

de trabalho) e como instrumento das suas “práticas reivindicativas”, sempre desafiadoras ante as certezas da “terra firme”.

Cultura marítima e resistências

Mas quais foram historicamente os grupos que no Brasil se amalgamaram na identidade denominada de “gentes do mar” e como se desenvolveu a “cultura marítima” no Brasil? Os jangadeiros, marinheiros e pescadores portavam no Brasil influências europeias, africanas e indígenas profusas e inseparáveis.

Além das influências materiais, ocorreram as trocas imateriais entre os portugueses e os grupos localizados no Brasil (identificadas na hagiologia), em que os artefatos construídos, bem como os territórios ocupados, passam a ter a nomenclatura e ser vinculados aos imaginários católicos representados pelos santos cristãos, tornados padroeiros dos pescadores, desde Portugal até os pescadores estabelecidos no Brasil.

Com o tempo, o trabalho marítimo recaiu sobre os grupos indígenas cativos. Carijós, ao sul da capitania de São Vicente; Tupinambás, no Rio de Janeiro e costa do Nordeste; Tupiniquins, ao longo do litoral; Potiguar, no Rio Grande do Norte; Guaranis, ao Sul; entre outros (localizados ao longo do litoral brasileiro) foram - além dos primeiros trabalhadores do mundo do açúcar - os pescadores, caçadores e agricultores das capitanias das colônias.

Antes, para sua subsistência, agora como escravizados. Eram denominados “negros brasis”. Situação, alterada pela Lei de 30 de julho de 1609, que impediu definitivamente sua escravização. Porém, jamais o seu colapso. Todavia, missionários e colonos continuavam suas disputas pelo controle dos indígenas.^V Perdigão de Malheiros afirmou que “a proporção que diminuía os braços indígenas pelas atrocidades dos colonos e perseguições, clamavam sempre os mesmos colonos pelas necessidades de braços, sem os quais não podiam prosperar”,^{VI} “só os deixando em sossego quando obtinham os braços africanos”.

Aliás, outros grupos integrantes das “gentes do mar” em nosso país foram os africanos, ao longo dos séculos XVII ao XIX - procedentes da África Ocidental e da África Centro-Ocidental. Da primeira região vieram benguelas, cabinda, cassange, cabundá, rebole, angico, da segunda fanti, haussá, jejê, savanu, ardra etc., sobre estas duas grandes regiões como fornecedoras da mão-de-obra para os colonos no Brasil. Deve-se entender que, nesse período, ocorreu uma readaptação do tráfico de africanos escravizados, pois outras nações, em específico a Holanda, passam a concorrer com Portugal no que tange aos domínios da costa africana.^{VII} Para este estudo, apoiado em Gilroy,^{VIII} muitas técnicas marítimas foram trocadas entre as etnias dentro dos navios.

A instituição da escravidão era a tônica econômica do Brasil, neste período, jamais podendo ser diferente nos outros ofícios, inclusive, o marítimo. Acredita-se que das labutas destinadas aos negros, seu emprego na economia marítima local passou, em virtude das circunstâncias citadas, a ser mais um meio a predominar a sua mão de obra. Como citou Freyre: “a serviço da casa patriarcal tornaram-se jangadeiros...”^{IX}

Outro grupo que mereceu destaque nesse universo foram os canoieiros. Eles foram utilizados em Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII, como carregadores de pessoas e de mercadorias. Eles eram úteis em uma região carente de estradas, sendo utilizados na travessia de água, pelos rios Beberibe e Capibaribe.^X

No Rio Grande do Sul, conforme Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr. os escravos marinheiros mantinham uma rede de solidariedade entre a população escrava. A atividade marítima era designada a escravos sem qualificação profissional, porém devido as suas mobilidades, possibilitavam resistências e fugas.

O dragão do mar na luta contra a escravidão

No artigo, se destacam as ações do pescador e jangadeiro Francisco José do Nascimento, ovacionado pela imprensa e literatura carioca do final do século XIX como “Dragão do Mar”, considerado um dos responsáveis pela greve das embarcações no porto do Ceará em 1881, em que as jangadas utilizadas para acompanhar as grandes embarcações em suas entradas e saídas do porto marítimo, não mais transportariam escravos para as fazendas do sul do Brasil.

Nascimento nasceu no porto de Aracati, Ceará (1839-1914), filho do pescador Manoel do Nascimento e de Matilde Maria da Conceição. Desde pequeno, devido ao nome de sua mãe, Francisco era chamado de “Chico da Matilde”.^{XI}

Edmar Morel, por meio de entrevistas, impressos jornalísticos, diário íntimo do próprio Francisco José do Nascimento e documentos de família, teve como intenção, conforme registrado na introdução do livro “Dragão do Mar o jangadeiro da Abolição” - publicado em 1949 - criar a figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento como um “herói da plebe”.

Para Patrícia Pereira Xavier, meta plenamente atingida na publicação já que Morel se esforçou para criar uma “áurea de luz” sobre o episódio da greve dos jangadeiros. Apelidado, agora, de “Dragão do Mar” e desde pequeno chamado de “Chico da Matilde”.

No dia 27 de janeiro de 1881, os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar escravizados pelos jangadeiros, responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas. O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador José Napoleão e depois Francisco José do Nascimento que, segundo Morel, influenciado pelos líderes da “Sociedade Cearense Libertadora” assume a liderança dos grevistas. Além da greve dos jangadeiros, os revoltosos arrebatavam carruagens com escravos destinadas a esses navios, atracados no porto.^{XII} Após estas ações Francisco José do Nascimento foi eleito diretor da “Sociedade Cearense Libertadora”.

Morel asseverou que: “a popularidade do ‘Dragão do Mar’ serviu de pretexto para intensificar a campanha abolicionista”. Após o cortejo cívico em homenagem ao “Dragão do Mar” - realizado no Rio de Janeiro, então capital federal - sua jangada, utilizada na greve dos jangadeiros do Ceará de 1881, denominada “Jangada da Liberdade” foi doada ao Museu Nacional da cidade. A atividade foi acompanhada por milhares de pessoas, provocando reações dos ainda escravagistas, inseguros com os rumos do final do cativeiro.

A jangada, que foi aceita no acervo do diretor do Museu, Sr. Ladislau Neto, diretor na época (perseguido pelos deputados do Império) acabou sendo retirada do museu e levada para um depósito da Marinha de Guerra, de onde desapareceu.^{XIII}

Salienta-se que o “Dragão do Mar” foi constantemente perseguido desde 1881 até o início da República, quando após a queda da Monarquia optou por ficar ao lado dos militares republicanos contra os antigos defensores da Monarquia e do abolicionismo. Neste sentido, pode até ser que Nascimento tenha considerado honrosa a ida de sua jangada para a Marinha de Guerra.^{XIV}

Para Xavier,^{XV} analisando as narrativas de Morel, “o aspecto físico, e as características psicológicas são reforçados pelo jangadeiro religioso, sua devoção a Nossa Senhora dos Navegantes e as constantes novenas promovidas por ele, dão ainda mais credibilidade a figura do jangadeiro”. Seria a construção do “herói da plebe”, já na década de sessenta, a partir das escritas de Edmar Morel, na figura de um jangadeiro uma resposta direta aos heróis oficiais construídos pelas Forças Armadas? Ressaltam-se as

dificuldades do jornalista na época da ditadura civil-militar brasileira, inclusive sendo perseguido por suas publicações em torno de outro acontecimento: a revolta da chibata.

A revolta da Chibata e o reaparecimento do “dragão do mar”...

João Cândido nasceu em Encruzilhada do Sul, Distrito de Rio Pardo, interior do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de junho de 1880. Filho de família humilde vislumbrou nas forças armadas a possibilidade de ascensão social, o que era uma constante nas famílias pobres do período.

A carreira militar, nos quadros da marinha, caracterizava-se, em virtude de um mercado interno fraco e de uma produção agrária voltada à exportação, como uma das poucas oportunidades de trabalho para as populações pobres, em que pese o sofrimento que era adentrar nessa escola tida como local de reabilitação.^{XVI} A Escola de Aprendizes da Marinha (EAM) era uma das oportunidades de ascensão das populações marginalizadas.

Mas, o tratamento dispensado aos marujos, ao adentrar nos quadros da força militar, era semisservil. A comida era ruim e as condições de trabalho degradantes. O uso da chibata era norma em caso de punições. Segundo Mário Maestri, 90% dos marinheiros eram negros, mulatos e caboclos, e apenas 10% brancos. Para Maestri, a Marinha era definida como um reduto das elites agrárias e conservadoras remanescentes do Império, essa situação configurada como um “barril de pólvora”.

No campo político, devido à disputa eleitoral *civilistas versus militaristas* - respectivamente representados por Rui Barbosa e Hermes da Fonseca - os marujos percebem um momento favorável aos seus anseios, já que Rui Barbosa (1849-1923) defendia as reclamações dos setores subalternos das forças armadas, bem como das camadas menos favorecidas. Para complicar a situação dos mal afortunados marinheiros, o vencedor do pleito foi o militar Hermes da Fonseca (1855-1923).

Cabe ressaltar que o chicote e os castigos físicos tinham sido abolidos por decreto um dia após a Proclamação da República, no dia 16 de novembro de 1889. Portanto, aquele tratamento era um anacronismo. Com a modernização tecnológica da frota, em 1906, um grande número de marinheiros brasileiros partiu para a Grã-Bretanha, a fim de conhecer e aprender o manuseio dos poderosos navios de guerra que estavam sendo construídos. Eram os encouraçados Minas Gerais e São Paulo.

Ao retornarem ao país, os marujos voltaram conscientes das novas relações de trabalho, visto que, a partir de então, eram especializados, exercendo a função de mecânicos, artilheiros e/ou eletricitas. E aprenderam os aspectos da cidadania.^{XVII}

No dia 22 de novembro, sob a liderança de João Cândido e Francisco Dias Martins, os marinheiros dominaram os modernos navios da frota nacional, mirando seus pesados canhões à baía de Guanabara. O presidente da república recém-empossado, Hermes da Fonseca, bem como a elite, estavam incrédulos. Era o início da revolta. Segundo Nascimento, os marinheiros queriam mais do que apenas serem cidadãos e o final dos castigos físicos: reivindicavam melhorias profissionais e oportunidades de avançarem nos quadros hierárquicos da instituição.

O desfecho da sublevação foi dramático. Primeiramente, houve promessas de anistia e, após, os revoltosos foram presos na masmorra das ilhas das cobras, afastados dos quadros da marinha e sem direito a anistia e indenizações. Todavia, o final da chibata contra os marujos findou. João Cândido morreu em 1969, viveu praticamente na miséria salvo pela pensão conseguida somente no início de 1960, já doente. Para Adir Blanc e João Bosco, o “dragão do mar reapareceu na figura de João Cândido”, o navegante negro.

O protagonismo social dos pescadores de Fortaleza ao Rio de Janeiro

Antes de desenvolver este tópico, convém evidenciar as mudanças que vinham se acentuando em relação à tradição da vida dos pescadores ocasionadas a partir da modernização instituída pela Marinha desde meados do século XIX, em que além do recrutamento de pescadores para a guerra, incentivou a formação de companhias de pesca bem como a transformação das tradicionais formas de produção dos pescadores marítimos em favor da indústria pesqueira moderna.

Até o tempo dos pescadores, baseado na natureza, passou a ser controlado pelo Estado, por meio da hora pautada nos dias de pesca, sujeito a multas se o trabalhador permanecesse de folga. Além de controlar os pescadores, as leis publicadas em 1855 e 1856 tratavam de temas comerciais e políticos que mudavam substancialmente as relações da pesca, como impostos e multas sobre a venda de peixes e as formas de recrutamento para o serviço militar. Contudo, mesmo com essas pressões, suas formas culturais resistiram,^{XVIII} consubstanciados à luta pelos seus direitos materiais no contexto de modernização.

Delimitando, neste instante à questão da pesca, na conjuntura econômica do Brasil no Estado Novo, Getúlio Vargas consegue êxitos, tais como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a usina de Volta Redonda, no ano de 1941 e, mais a frente, a declaração do monopólio estatal do petróleo e a fundação da Petrobras, em 03 de outubro de 1953.

Em 1941 ocorreu uma luta de certo grupo de jangadeiros, os quais realizaram uma viagem saindo com a pequena jangada “São Pedro”, de Fortaleza - capital do Ceará - rumo ao Rio de Janeiro, na ocasião a capital federal. Os jangadeiros Raimundo Lima “Tatá”, Jerônimo, Manoel Preto e Manuel “Jacaré” partiram no dia 14 de setembro de 1941 para a “cidade maravilhosa”. Essa viagem acabou por questionar também a ação das instituições autoritárias e coercitivas que controlavam a atividade pesqueira no litoral fortalezense.^{XIX}

Eles realizaram um longo percurso através do litoral brasileiro, a fim de exigir e assegurar do governo de Getúlio Vargas direitos trabalhistas para a categoria e autonomia do grupo sobre a direção da Colônia de Pesca localizada na região, agindo como um movimento social já que os “movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”,^{XX} nitidamente vinculada aos seus direitos.

Márcia Santos buscou analisar, por meio das fontes impressas e cinematográficas, a atuação política dos jangadeiros durante a viagem, a partir da reconstituição, realizada meses depois, por meio de uma produção cinematográfica intitulada *It's All True*, do diretor norte-americano Orson Welles (1915-1985). A serviço da política da boa vizinhança, em prática entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, o diretor veio ao Brasil registrar o Carnaval do Rio de Janeiro e a vida dos jangadeiros.

Márcia Santos destacou o protagonismo social dos pescadores que não se faziam meros trabalhadores, “cooptados e manipulados” pelo Estado, mas que aliaram os seus saberes e as dificuldades do “mundo do trabalho” em torno da pesca artesanal, para revelar um cotidiano nada bucólico e naturalista, como fora tão propagado pela imprensa e pelos órgãos oficiais na época.^{XXI}

O episódio da viagem dos jangadeiros não foi passível de represálias por parte do governo, pois se tratava da história de “heróis nacionais” que deveriam ser reverenciados por Getúlio Vargas e vistos como exemplos de trabalhadores “produtivos e ordeiros”.^{XXII}

Nesse sentido, alojam-se na fissura do sistema,^{XXIII} negociando as suas demandas direto com o presidente.

Segundo Márcia Santos o objetivo do *raid* de 1941 era para reivindicar “a inclusão de seus direitos sociais, o reconhecimento de sua categoria socioprofissional e a prática das leis trabalhistas”.^{XXIV}

Edmar Morel (1912-1989), sujeito ativo nos registros das ações das “gentes do mar”, foi o jornalista responsável em acompanhar os quatro homens, noticiando os acontecimentos do percurso da viagem nas filmagens. Ressalta-se que foi neste período que o jornalista pesquisou sobre o jangadeiro Francisco José do Nascimento.

Além de acompanhar Orson Welles no Brasil, Morel era o responsável pela realização da pesquisa sobre a vida dos jangadeiros de 1941, na capital cearense. Ainda segundo Santos, Morel fez um apelo no jornal “O Povo” a fim de reunir documentação. A publicação de seu apelo foi para que os cearenses apoiassem a missão de recolher informações acerca da viagem dos jangadeiros que carregavam consigo a nostalgia em torno de uma Fortaleza “heroica”.

Essa evocação foi feita através do nome do conhecido líder abolicionista Francisco Nascimento: o Dragão do Mar - personagem popular que lutou contra a escravidão no Ceará no final do século XIX e que teve a sua imagem apropriada como símbolo da liberdade no estado.^{XXV}

Em outro momento, Márcia Santos salientou que o filme, apesar de ter como motivador político as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, manifestou nos jornais as preocupações com a situação de vida dos pescadores. “As filmagens realizadas por Welles na cidade de Fortaleza, durante a década de 1940, privilegiaram o enquadramento de um cenário natural. O mar, as dunas, os peixes e o trabalho em grupo ressaltavam a solidariedade”.^{XXVI}

A solidariedade e o coletivismo possibilitou o protagonismo social dos jangadeiros que, por intermédio de sua ação, foram em busca da institucionalização de suas demandas, sendo reconhecidos, em virtude da filmagem realizada pelos norte-americanos, internacionalmente. A façanha desses pescadores, passado meio século, surpreende a nossa imaginação, já que ficaram 61 dias e 2.500 km em alto mar, certamente com ventos e tempestades, o que fazia da embarcação algo difícil de manejar.

O conhecimento desses pescadores era tradicional, empírico; um conhecimento de quem aprendeu com seus antecessores, igualmente pescadores, a reprodução dos meios para a sua sobrevivência. Certamente por isso, e também pelo impacto da aventura, em 1993 o filme virou um documentário premiado.^{XXVII}

Segundo Berenice Abreu Neves,^{XXVIII} a respeito das reivindicações dos pescadores, Jacaré foi líder desde quando assumiu a direção da Colônia de Pesca Z-1 da Praia de Iracema, no Ceará, em 1939. Ao procurar a professora da Colônia, revelou seu sonho de ir até a Capital Federal falar com o presidente, o que deu início à elaboração desse audacioso projeto de aventura e cobrança pública ao Rio de Janeiro.

Salienta-se que Jacaré assume a presidência da Colônia Z-1 quando cerca de 100 jangadeiros vão aos jornais reclamar da lei municipal que fixava certos pontos para a venda do pescado. Para Neves, “existia um campo de possibilidades, os trabalhadores se enxergavam referidos no discurso do Estado Novo de Vargas e sentiam-se “autorizados” a empreender seus protestos e demandas”.^{XXIX}

Manuel Olimpio Meira, conhecido como Jacaré, morreu nas águas da Guanabara, em 19 de maio de 1942. Segundo publicação de “O Estado”, de 18 de junho de 1942, nas palavras do diretor Welles após o falecimento do jangadeiro: “era inquestionável a bravura e o exemplo de Jacaré em alto mar. Líder da viagem e da Colônia de pescadores, um legítimo descendente do “Dragão do Mar”.^{XXX}

A jangada São Pedro viajou 61 dias até a capital federal, os quais Jacaré registrou em seu Diário de Bordo.^{XXXI} Márcia Santos criticou a postura dos jornais da época, sensacionalistas em sua grande maioria, sem destaques às reivindicações dos jangadeiros que viviam entre as contradições econômicas e sociais da Colônia Z-1, localizada na praia de Iracema e colônia Z-2, de Macuripe. Segundo a historiadora, se as condições sociais na década de 1940 fossem as ideais, ou seja, de uma comunidade vivendo em harmonia, aqueles homens não teriam ido reivindicar seus direitos trabalhistas e denunciar a maneira como se dava a divisão do pescado no litoral do Ceará. É nesse contexto que os bravos jangadeiros lançaram-se ao mar, para lutar por melhorias sociais, para continuarem a trabalhar no mar, sua principal fonte de recursos.^{XXXII}

Como resultado da viagem, ocorreram ganhos simbólicos aos pescadores, em um primeiro momento, pois, simbolicamente, foram recepcionados pelo chefe maior do Brasil. Os ganhos materiais vieram com a incorporação da seguridade social a esses trabalhadores. Para a historiadora, à luz de Ângela de Castro Gomes, houve o ganho simbólico da reciprocidade – ser recebido pelo Presidente, falar e denunciar, que acabou por sustentar a confiança no Estado, como uma via capaz de amparar os trabalhadores, estimulando novas investidas reivindicatórias, realizadas através da viagem e do contato direto (...) com a assinatura do decreto incorporando-os no importante Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM).^{XXXIII}

O protagonismo social dos pescadores de Fortaleza a Porto Alegre

Dez anos mais tarde, em 1951, novamente o grupo de pescadores saiu do Ceará para reivindicar melhorias nas suas condições sociais. A bordo da Nossa Senhora da Assunção estavam o mesmo mestre Jerônimo (com 52 anos), o sexagenário Raimundo Correia Lima, o Tatá (com 62 anos), e Manuel Pereira da Silva, o Manuel Preto (com 49 anos), antigos companheiros do falecido Jacaré, que fizeram com ele a viagem até a capital da República, a bordo da jangada São Pedro, em 1941. Mais dois “Manuéis” vieram juntar-se aos veteranos: eram os pescadores Manuel Lopes Martins (59 anos) e o sobrinho de Mestre Jerônimo e mais novo do grupo, Manuel Batista Pereira (com 30 anos).^{XXXIV} A primeira viagem foi no contexto do Estado Novo. Agora, Getúlio Vargas estava no poder, em um regime democrático e eleito pelo voto dos brasileiros, com expressiva votação entre os trabalhadores.

Câmara Cascudo informa que, nos anos 1950, está acontecendo a substituição da velha jangada de paus pela jangada de tábua, que acrescenta à antiga estrutura um pequeno convés, entretanto, os jangadeiros ainda preferem a antiga e é uma dessas que lhes servirá de transporte.^{XXXV}

Conforme Berenice Abreu de Castro Neves, em outubro de 1951, os cinco tripulantes da jangada “Nossa Senhora da Assunção” partem rumo a Porto Alegre, levando na bagagem, além dos apetrechos necessários à tão longa e arriscada travessia, memoriais contendo as reivindicações da classe. Mas, como disse Mestre Jerônimo a um jornalista, não iam pedir nada de novo, apenas cobrar o cumprimento das promessas feitas, já que a criação do IAPM foi ineficaz: “em decorrência da parcial subordinação desses trabalhadores aos proprietários dos meios de produção, em especial a jangada, não era possível contribuir com o sistema previdenciário e dele obter benefícios sociais”.

Conforme a Revista do Globo, de Porto Alegre, publicada em março de 1952, os pescadores levaram “127 dias para chegar ao Rio Grande do Sul e percorreram quatro mil quilômetros, de jangada, trazendo de Fortaleza (CE) os quatro pescadores”.^{XXXVI} Os pescadores foram recebidos com festa pela população porto alegreense, sendo a jangada deixada no Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre para exposição.^{XXXVII}

Além do povo, na cidade, os pescadores foram recebidos pelo governador Ernesto Dorneles (1897-1964) do PTB e pelo prefeito Ildo Meneguetti (1895-1980), também do PTB.^{XXXVIII}

A jangada “Nossa Senhora de Assunção”, assim como a “Jangada da Liberdade” - de Francisco José do Nascimento em 1884, também foi doada a um museu. Os pescadores cearenses, em Porto Alegre, doaram ou venderam ao governador sul-rio-grandense a embarcação, repassada pelo chefe sul-rio-grandense ao Museu estadual Júlio de Castilhos. Além dela, foram oferecidos os remos, as camisetas dos jangadeiros e os chapéus de palha utilizados por eles na incursão.^{XXXIX} Contudo, se a jangada do “Dragão do Mar” encontrou resistências das pessoas contrárias à abolição na capital do Império, chegando a ser extraviada de dentro do Museu Nacional pela Marinha de Guerra, como apontou Morel,^{XL} a “Jangada Nossa Senhora de Assunção” foi aceita com orgulho pelos governantes trabalhistas do Rio Grande do Sul. A jangada, conforme documento do museu: “(...) foi incinerada, pois sofreu a ação do tempo, ao ficar exposta no pátio do Museu”. Vítima, mais da falta de uma política de manutenção de acervos do que de uma perseguição ideológica.^{XLI}

Aos aspectos políticos, a viagem a Porto Alegre era justificada pela necessidade dos pescadores em se tornarem agentes do processo de melhorias materiais em suas condições, visto que os responsáveis pelas Delegacias de Pesca do Ceará estavam distantes das demandas cotidianas dos pescadores.

Entre as reivindicações estavam: “a retirada do atual titular da Delegacia de Caça e Pesca no estado, e autorização para que os pescadores pudessem, eles próprios, fiscalizar a movimentação financeira das colônias”. O pescador, em entrevista ao Jornal Unitário de Fortaleza, disse: “O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vez prometidas, nos sejam dadas. (...) Somos obrigados a ser heróis (...). Nosso *raid* ^{XLII} ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas (...) O Ministro da Agricultura mandou ao NE um técnico desses ensacados, que nada entendem do assunto, e vivem a atrapalhar os jangadeiros (...)”.^{XLIII}

Os pescadores eram recebidos com facilidade na época do trabalhismo por Getúlio Vargas após as viagens: “prática coerente com o personalismo de Vargas e com o trabalhismo”. Conforme Neves: “era mais fácil falar com Vargas do que com o Ministro da Agricultura, Sr. Pinto Bandeira”. Se, no contexto de 1941, Vargas e sua equipe receberam os jangadeiros em uma audiência pública, ocasião em que mandou abrir os portões de sua residência oficial, o Palácio Guanabara, em dezembro de 1951, encontrou os jangadeiros em uma audiência privada.^{XLIV}

De volta ao Ceará, os tripulantes da “Nossa Senhora da Assunção” se envolveram com a criação do Sindicato dos Pescadores do Ceará, uma das ações do Estado resultante do acerto de contas por ocasião da viagem.

Em outra solicitação, o presidente substitui o titular da Delegacia de Caça e Pesca no Estado, não por um pescador, mas por Stênio Azevedo, um velho amigo dos pescadores, um “amigo graúdo”, como ressaltou Neves. Também acompanharam a execução do “plano completo de amparo aos pescadores e regulamentação das respectivas profissões”, que previa, além da sindicalização, o fornecimento de jangadas aos pescadores. Tal plano deveria beneficiar Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Quais os motivos da viagem ao Rio Grande do Sul? Em várias ocasiões, Jerônimo tomava para si a palavra e ressaltava os fins políticos que os moviam. A vida os obrigava a ser heróis, como revelou, mas o que queriam mesmo eram melhores condições de vida para a classe.^{XLV}

Outra situação interessante é a mudança na tratativa do tema pela própria imprensa escrita, pois, em 1941, por ocasião da primeira viagem, os jornais pouco retratavam as reivindicações dos pescadores, conforme observado no artigo de Márcia Santos. Contudo, “no começo da década de 1950, a imprensa se mostra sensível à causa dos populares, colocando-se como amplificador de suas demandas”.

Os jangadeiros recorrem, com frequência, como observa Berenice Neves, “a essa via e as viagens não teriam sentido sem a visibilidade proporcionada pelas matérias estampadas nas folhas de jornal de todo o país”. Tal transformação identifica-se na mudança política do Estado Novo para o período das negociações trabalhistas, provocadoras de tensões que possibilitam que outros discursos sejam escutados.

Outro fator preponderante é que, segundo Neves, “Na fala de Jerônimo e dentro das condições de possibilidade dos anos de 1950”, era a “classe” que ele e seus companheiros representavam. Não voltariam a “pedir direitos” e sim “cobrar” as promessas feitas” em nome, também, dos pescadores do norte “irmãos de palhoça e de sofrimento”, conforme citou Jerônimo.

A historiadora questiona: “com a morte do Presidente Vargas, foram silenciadas as vozes dos pescadores do Norte?”. Destaca-se que os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política; têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.^{XLVI}

Em julho de 1951, Jerônimo procura a redação do Jornal “Unitário” de fortaleza e revela que havia ido até o Presidente Vargas, mais uma vez, reivindicar, dentre outras coisas, a retirada do atual titular da Delegacia de Caça e Pesca no estado, e a autorização para que os pescadores pudessem eles próprios fiscalizar a movimentação financeira das colônias. Essa viagem, foi feita na terceira classe de um navio do *Lloyde*. Os pescadores, escolheram José Pinto Pereira para representá-los na Delegacia de Caça e Pesca do Ceará.^{XLVII}

Conclusão

A política de regulamentação da atividade pesqueira, no Brasil, preocupou-se, durante muito tempo, com a criação de órgãos para regulamentar a extração do pescado (destacando a criação da SUDEPE pelo presidente João Goulart, a partir da década de 1960, quando a atividade pesqueira tomou maior impulso), mas pouco se preocupou em diagnosticar e ampliar o estoque de pescado nacional e menos ainda em melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais.^{XLVIII}

Entretanto, será que foi em vão a vida de Jacaré, morto afogado quando retratava a aventura da Jangada que rumou à capital federal, na produção cinematográfica de Welles, para reivindicar junto ao estado brasileiro melhorias na existência cotidiana dos pescadores? Será que a atividade pesqueira, em nosso país, em seu caráter industrial, era valorizada economicamente a ponto de reverter as tão sonhadas melhorias sociais de seus trabalhadores?

Acredita-se, conforme o narrado, que os trabalhadores da pesca, jangadeiros, marinheiros, canoieiros, todos “gentes do mar” lutaram para transformar suas realidades, conforme as reivindicações apontadas. Das lutas abolicionistas, representadas na figura de Francisco Jose do Nascimento, “Dragão do Mar”, a negociação dos pescadores junto a Getúlio Vargas e suas políticas trabalhistas além da revolta da chibata liderada entre outros pelo sul-rio-grandense João Cândido, em 1910, tornaram-se itens históricos processuais atinentes aos movimentos sociais das “gentes do mar” na luta pela cidadania.

Notas

- ^I Professor da Faculdade Porto-Alegrense. Doutor em História pelo PPGH-PUCRS. E-mail: arilsonsg@yahoo.com.br
- ^{II} DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983. SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001. MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares – Espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Editora Annablume, 1994. ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS**. 2002. BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. Ambiente & Sociedade**. São Paulo, vol. 7 n.º. 1 jan./jun. 2004. ANDREOLI, Vanessa Marion. **Natureza, Tradição e Modernidade: a construção da identidade de um grupo de pescadores artesanais**. In: **Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos**. 15 a 17 de setembro de 2000. SILVA, Lucas. **Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico**. 2012.
- ^{III} GHON, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 47 maio-ago, 2011, p.336.
- ^{IV} BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p.28.
- ^V Não há evidências de grupos de pescadores estabelecidos no litoral norte do Rio Grande do Sul durante o período. SILVA, Lucas. **Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico**. 2012, , p. 24.
- ^{VI} Malheiros In MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967, p.39.
- ^{VII} SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001, p.56-58.
- ^{VIII} GILROY, Paul. **O Atlântico Negro como contracultura da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- ^{IX} Freyre In SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001, p.135., p.98.
- ^X SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001, p.135.
- ^{XI} MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967, p.36.
- ^{XII} Ibidem, p.99-100.
- ^{XIII} Ibidem, p. 146-147.
- ^{XIV} Desde 1846, ocorreu a criação dos tributos de pesca, a criação das Capitânias dos Portos e os recrutamentos dos indivíduos para a Marinha.
- ^{XV} XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009, p. 07.
- ^{XVI} MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros**. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000. MORAES, Paulo Ricardo de. **A Revolta da Chibata**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2010.
- ^{XVII} MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros**. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000, p.41.
- ^{XVIII} SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001.
- ^{XIX} SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009.
- ^{XX} GHON, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 47 maio-ago, 2011, p.336.
- ^{XXI} SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009.
- ^{XXII} Ibidem, p.339-341.
- ^{XXIII} FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito. A Classe trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS-Garamond - ANPUH-RS, 2004.
- ^{XXIV} SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009.
- ^{XXV} “Dragão do Mar” seria, mais adiante, a alcunha de João Cândido, líder da revolta da chibata, na música de Adir Blanc e João Bosco (1968).
- ^{XXVI} SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009, p.344.

- ^{XXVII} Prêmio de melhor documentário da Associação de Críticos de Filmes de Los Angeles em 1993; prêmio da Associação Nacional de Críticos, USA – 1994 e o prêmio *Golden Satellite* 2005, de melhor Documentário em DVD.
- ^{XXVIII} NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. In **Simpósio Nacional de História**, São Paulo.
- ^{XXIX} Ibidem, p.03.
- ^{XXX} Welles relacionou Jacaré como descendente do jangadeiro Francisco Nascimento.
- ^{XXXI} O diário de bordo está atualmente no Museu do Ceará, em Fortaleza.
- ^{XXXII} SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009, p.342-347.
- ^{XXXIII} O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – foi fundado em junho de 1933.
- ^{XXXIV} NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. In **Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p.01.
- ^{XXXV} Ibidem
- ^{XXXVI} Na documentação localizada no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, encontrou-se mais um jangadeiro, de nome: João Batista Pereira, totalizando em cinco (5) ao invés de quatro (4) o número de pescadores a bordo da jangada.
- ^{XXXVII} REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, março de 1952.
- ^{XXXVIII} Ibidem, p.36.
- ^{XXXIX} Em documento localizado no Museu Júlio de Castilhos o material foi doado.
- ^{XL} MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- ^{XLI} Livro Tombo 1505, inventário 03. Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, fevereiro de 1952.
- ^{XLII} *Raid* ou Incursão ao mar
- ^{XLIII} Jornal Unitário 03 de janeiro de 1952.
- ^{XLIV} Ibidem, p.08-09.
- ^{XLV} Ibidem, p.10-11.
- ^{XLVI} GHON, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 47 maio-ago, 2011, p.337.
- ^{XLVII} NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. In **Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p.8-11.
- ^{XLVIII} MAIA, Maria Bernardete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. PPGS – UFAM, 2009.

Referências Bibliográficas

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS**. 2002. 114 p. Porto Alegre. Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS – UFRGS. Porto Alegre. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3320/000386081.pdf?sequence=1>. Acesso em 10/02/2011.

ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza, Tradição e Modernidade: a construção da identidade de um grupo de pescadores artesanais. In: **Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos**. 15 a 17 de setembro de 2000. Curitiba, UFPR, PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR. 2007.

BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, vol. 7 nº. 1 jan./jun. 2004. p.1-27. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>. Acesso em 09/09/ 2012.

BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho Jr. **Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre, Ed: Grafiserv, 2010.

BRUM, Argemiro. J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: VOZES, 1984.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.
DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito. A Classe trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS-Garamond - ANPUH-RS, 2004.

GHON, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 07/09/ 2012.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro como contracultura da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. 2014. 597 p. Porto Alegre. PPGH-PUCRS - Tese Doutorado em História Porto Alegre. 2014. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6803/1/000461173-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em 17/09/2014.

MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros**. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

MAIA, Maria Bernardete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. Mestrado em Sociologia pelo PPGS – UFAM, 2009. <http://www.ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/026_Maria%20Bernadete%20Reis%20Maia.pdf>. Acesso ago.2012.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares – Espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Editora Annablume, 1994.

MORAES, Paulo Ricardo de. **A Revolta da Chibata**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2010.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata – Subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910**. Guanabara: Letras e Artes, 1963.

_____. **Vendaval da liberdade**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Contra a chibata, canhões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. Disponível em

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=957&pagina=5>. Acesso em 01/04/2007.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. In Simpósio Nacional de História, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – São Paulo; ANPUH. p.1-11. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671865_ARQUIVO_BereniceAbreuANPUH2011-OsjangadeirosdeVargas.pdf. Acesso em 10/10/2014.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, 18 de fevereiro e 15 de março de 1952.

SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, jul/dez. 2009.

SILVA da. Anelino Francisco. Pesca Artesanal: seu significado cultural. Revista **Ateliê Gráfico**, Goiânia, v.1. nº 6, p.119-136, abril de 2009.

SILVA, Lucas. **Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico**. 2012. 126 p. Porto Alegre. Mestrado em História PPGH – PUCRS. Porto Alegre. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2012-07-23T135926Z-4024/Publico/439849.pdf. Acesso em 07/12/2012.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Papirus: Campinas, 2001.

SOUZA, Marcos Teixeira. **Memórias de cor e classe social em Motta Coqueiro ou a pena de morte**. 2011. 176 p. Duque de Caxias. Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio – PPGLCH Duque de Caxias-RJ. 2011. Disponível em http://www2.unigranrio.br/pos/stricto/mest-letras-ciencias-humanas/pdf/dissertacoes/dissertacao-marcos_teixeira_de_souza.pdf. Acesso em 11/03/2012.

XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf>/ Acesso em 17/07/2013.